

tivo, devendo para o efeito preencher o formulário-tipo, de utilização obrigatória, disponível na página eletrónica do IDN, <https://www.idn.gov.pt/index.php?mod=5000>.

16 — A homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é publicitada na 2.ª série do *Diário da República*, e a lista é afixada em local visível e público das instalações do IDN e disponibilizada na página eletrónica do IDN em <https://www.idn.gov.pt/index.php?mod=5000> nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria.

17 — Os parâmetros de avaliação de cada um dos métodos de seleção e a respetiva grelha de ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final constam de atas de reunião do júri do procedimento, sendo as mesmas facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

18 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria, o presente aviso será publicitado:

- a) Na 2.ª série do *Diário da República*, por publicação integral;
- b) Na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) até ao primeiro dia útil seguinte ao da publicação no *Diário da República*;
- c) Na página eletrónica do IDN (<https://www.idn.gov.pt/index.php?mod=5000>) e em jornal de expansão nacional, por extrato.

19 — Júri do Procedimento:

Presidente: Maria Filomena Lamy Grade dos Santos Marques Baptista, Diretora de Serviços de Planeamento e Gestão de Recursos;

Vogais efetivos: Manuel Alexandre Garrinhas Carriço, Tenente Coronel, Coordenador do Núcleo de Edições e Assessor do IDN que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos; e Marco Capitão Ferreira, Assessor do IDN.

Vogais suplentes: Ilda Maria Soares Pinto e Isabel Maria Pinto Vieira Urze Pires, Técnicas Superiores da direção de Serviços de Planeamento Gestão de Recursos do Instituto da Defesa Nacional.

20 — Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República* n.º 77, 2.ª série, de 31 de março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

2 de maio de 2018. — O Diretor-Geral, *Vitor Daniel Rodrigues Viana*, major-general.

311488185

Marinha

Superintendência do Pessoal

Aviso (extrato) n.º 10126/2018

Nos termos do disposto na alínea *d*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que Maria Mercês Picanço Bettencourt, assistente operacional do Mapa de Pessoal Civil da Marinha posicionada na 1.ª posição remuneratória da respetiva categoria, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a tempo parcial, cessou funções por motivo de reforma a partir de 1 de julho de 2018.

4 de julho de 2018. — O Chefe da Repartição de Militarizados e Civis, *João Paulo Pena Rodrigues Rato*, Capitão-de-Mar-e-Guerra.

311485593

Aviso (extrato) n.º 10127/2018

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum com vista à ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do Mapa de Pessoal Civil da Marinha, aberto pelo Aviso n.º 8382/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 127, de 5 de julho, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com Ana Lúcia Carvalho Nunes, ficando posicionada na 2.ª posição remuneratória da respetiva categoria e no nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a partir de 1 de julho de 2018.

4 de julho de 2018. — O Chefe da Repartição de Militarizados e Civis, *João Paulo Pena Rodrigues Rato*, Capitão-de-Mar-e-Guerra.

311485666

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7148/2018

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana, e por proposta do Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana, nomeio para o cargo de Inspetor da Guarda, o Major-General Maurício Simão Tendeiro Raleiras, presentemente a prestar serviço na GNR.

2 — Na sequência da anterior nomeação, Exonero o Tenente-General José Nunes da Fonseca do cargo de Inspetor da Guarda, para o qual foi nomeado através do Despacho n.º 2282/2017, de 1 de março de 2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 16 de março de 2017.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 09 de julho de 2018.

9 de julho de 2018. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

311492315

Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Despacho n.º 7149/2018

Aprovação do equipamento de Teste de Rastreio na Saliva para uso na fiscalização de Substâncias Psicotrópicas de marca *Dräger* modelo *DrugCheck 3000*

Considerando que a aprovação do uso de equipamentos de controlo e fiscalização do trânsito, é uma competência da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, conforme resulta do estabelecido na alínea *f*) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 28/2012, de 12 de março;

Considerando que o n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento de Fiscalização da Condução sob Influência do Alcool ou de Substâncias Psicotrópicas, aprovado pela Lei n.º 18/2007, de 17 de maio, determina que os modelos dos equipamentos a utilizar nos testes rápidos de urina, saliva a efetuar pelas entidades fiscalizadoras, são aprovados por despacho do presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária;

Considerando ainda que, após análise do equipamento da marca *Dräger* modelo *DrugCheck 3000*, o mesmo está apto para ser utilizado na fiscalização do trânsito;

Assim, ao abrigo do disposto alínea *f*) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 28/2012, de 12 de março e do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Regulamento de Fiscalização da Condução sob Influência do Alcool ou de Substâncias Psicotrópicas aprovado pela Lei n.º 18/2007 de 17 de maio, aprovo, para utilização na fiscalização do trânsito, o equipamento de rastreio na saliva para deteção de substâncias psicotrópicas da marca *Dräger* modelo *DrugCheck 3000*.

28 de junho de 2018. — O Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, *Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob*.

311486743

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 10128/2018

Procedimento concursal comum de recrutamento para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de 10 (dez) postos de trabalho na categoria e carreira geral de assistente técnico, do mapa de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, para a Direção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo.

1 — Em conformidade com os n.ºs 1 a 3 do artigo 30.º e com o artigo 33.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho de 2 de julho de 2018, do Sr. Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum tendo em vista a ocupação nove postos de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico, do mapa de pessoal Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, na modalidade de vínculo de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Para efeito do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, e de acordo com a atribuição que é